

Administrando o empobrecimento

GAZETA MERCANTIL

15 JUL 1983

por José Casado
de São Paulo

O País ficou mais pobre e a indústria deverá operar com níveis ainda mais baixos de produção, no curto prazo. O horizonte da recuperação econômica estará ao alcance, no médio prazo, desde que o Banco Central consiga, efetivamente, manter as taxas de juros sob controle.

Nessa linha de raciocínio, industriais, banqueiros e economistas, consultados ontem por este jornal, consideram indispensável que o governo adote medidas de caráter complementar ao recente "pacote".

Segundo eles, essas novas decisões, que redundariam em mais sacrifícios à sociedade, deveriam estar direcionadas, sobretudo, à área financeira.

"O governo foi na direção certa e o 'pacote' reflete uma realidade, que é o empobrecimento nacional, mas falta complementá-lo, porque não adianta tabelar juros, enquanto o governo vende Letras do Tesouro Nacional a 211%", argumenta Alain Belda, presidente do grupo Alcoa.

O ex-ministro do Plane-

jamento, Mário Henrique Simonsen, lança uma indagação: "Como conciliar o tabelamento das taxas de juros com a política monetária restritiva?" A resposta plausível, disse Simonsen ao editor Reginaldo Heller, é que o tabelamento é louvável como intenção, mas reconhecidamente ineficaz como instrumento.

Por estar no rumo certo, o governo precisa de apoio às medidas que implementou, sugere a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) em nota divulgada ontem. Mas a entidade dos banqueiros faz importante ressalva: "Medidas complementares deverão ser tomadas para adaptação das taxas de LTN e do financiamento dos títulos no mercado aberto ao novo quadro das taxas, sob pena de ocasionar sérios danos ao fluxo de recursos destinados ao financiamento dos setores privados".

Novos sacrifícios são necessários e até previsíveis, observa Mário Garnero, presidente do Brasilinvest. E é possível que sejam impostos já na próxima quarta-feira, conforme a expectativa do ex-ministro Octavio Gouvêa de Bulhões, que ontem foi convo-

cado para uma nova reunião do CMN.

O primeiro passo foi dado, justifica o ministro João Camilo Penna, da Indústria e do Comércio, "no sentido de preservar o emprego, a favor de uma baixa no custo de produção". Esse é um mérito do "pacote", avalia Luiz Eulálio de Bueno Vidigal Filho, presidente da FIESP: "Ele abre espaço à criação de novos empregos, no médio prazo". Alain Belda, da Alcoa, Firmino Freitas, da Abinee, e José Mindlin, da Metal Leve, concordam, mas observam que a recessão deve aprofundar-se no curto prazo, porque haverá queda no consumo global: 90% da força de trabalho perderá 25% no seu poder aquisitivo, até agosto de 1985, conforme cálculos apresentados, ontem, pelo economista Edmar Bacha à Confederação Nacional da Indústria (CNI), no Rio. Por isso, Paulo Vellinho, vice-presidente da CNI, está preocupado: "Não me venham dizer que o CIP vai controlar os preços, porque não acredito", observou em conversa com a repórter Suely Caldas.

(Ver página 7).

Economia Brasil